

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DO RIO DE JANEIRO**

**Processo: 0140503-97.2022.8.19.0001 - 13ª VFP/RJ**

**BRUNO DA COSTA BAPTISTA**, Administrador de Empresas, honrado por Vossa Excelência com a designação para funcionar como Perito nos autos de referência em que são partes **VERÔNICA MARTINS RABELO** contra **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, vem, respeitosamente, solicitar seja determinada a correspondente juntada aos autos e apresentar seu LAUDO, tendo em vista que está concluído o seu trabalho, e requerer que sejam autorizadas as providências cartorárias cabíveis, no sentido de ser expedido ofício de solicitação de pagamento de ajuda de custo, no valor de R\$ 732,85 (setecentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), nos termos da Res. nº.: 08/2023, do Conselho da Magistratura deste Egrégio Tribunal.

Termos em que,  
Pede Juntada e Deferimento.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2025.

**Bruno da Costa Baptista**  
Perito do Juízo  
CRA/RJ - 20-43.218-6  
CRC/RJ - 134.214/O

TJRJ CAP FP13 202500932272 05/03/25 12:39:24140078 PROGER-VIRTUAL

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DO RIO DE JANEIRO**

**Processo nº: 0140503-97.2022.8.19.0001 - 13ª VFP/RJ**

**Requerente: VERÔNICA MARTINS RABELO**

**Requerido: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**BRUNO DA COSTA BAPTISTA**, Perito nomeado e compromissado nos autos do processo em epígrafe, tendo concluído o que lhe foi determinado, vem, respeitosamente, apresentar a Vossa Excelência o resultado do seu trabalho com base no seguinte:

**LAUDO PERICIAL**

**I – INTRODUÇÃO**

Trata-se de Ação de Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Pagamento em Pecúnia / Licença-Prêmio / Licenças / Afastamentos / Servidor Público Civil movida por **VERÔNICA MARTINS RABELO** em face de **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, em fase de Cumprimento de Sentença, objetivando, em síntese, a condenação do Requerido ao pagamento indenizatório das licenças prêmios não gozadas devidamente atualizadas; e ao pagamento de 10% de honorários advocatícios.

Em sede de Contestação, às fls. 57-66 dos autos, o Requerido, também em síntese, requer pela improcedência dos pedidos, ou, alternativamente, em atenção ao princípio da eventualidade pleiteia que seja a indenização fixada em

seis meses de salário, tendo como parâmetro o valor do último contracheque em atividade (fevereiro/2017), excluídas as verbas eventuais não incorporadas.

## **II – DAS DECISÕES PROFERIDAS NO PROCESSO**

Para fins de elaboração da prova pericial, a Perícia transcreve a seguir as principais decisões proferidas nos presentes autos que estabeleceram os parâmetros para liquidação da Coisa Julgada:

### **R. Sentença de fls. 76-78 dos autos:**

*“Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar para condenar o réu ao pagamento de indenização pelos 06 meses de licença especial não gozadas, referente à matrícula 15/101.461-2, o que corresponde à quantia de R\$ 82.435,79, devendo ser observadas as certidões acostadas no index. 24 e excluídas as verbas de caráter transitório, acrescida de juros de mora, a contar da citação (art. 240 do CPC/2015), e de correção monetária da data de sua aposentadoria, não devendo incidir desconto previdenciário e de imposto de renda. O índice de correção monetária e juros de mora deve observar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente, na forma do art. 3º da Emenda Constitucional - EC nº 113/2021. Condeno o réu ao pagamento das despesas processuais, observada a sua isenção legal tão somente quanto às custas. Condeno, ainda, o Réu ao pagamento de honorários advocatícios que serão arbitrados na fase de liquidação da sentença, na forma do art. 85, §4º, II do CPC...”*

### **R. Sentença de fls. 94-96 dos autos:**

*“... CONHEÇO dos embargos de declaração e NEGO-LHES PROVIMENTO...”*

### **V. Acórdão de Apelação Cível de fls. 146-155 dos autos:**

*“ACORDAM os Desembargadores que integram a 4ª Câmara de Direito Público (antiga 7ª Câmara Cível) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso...”*

**V. Acórdão de Embargos de Declaração na Apelação Cível**  
**de fls. 180-182 dos autos:**

*“ACORDAM os Desembargadores que integram a 4ª Câmara de Direito Público (antiga 7ª Câmara Cível) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso...”*

**V. Acórdão de Embargos de Declaração na Apelação Cível**  
**de fls. 206-208 dos autos:**

*“ACORDAM os Desembargadores que integram a 4ª Câmara de Direito Público (antiga 7ª Câmara Cível) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso...”*

**R. Decisão de fls. 227-228 dos autos:**

*“FIXO os honorários sucumbenciais da fase cognitiva em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, com base no art. 85, § 3º, I, do CPC...”*

**III – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Às fls. 237-238 autos, a Requerente deu início ao Cumprimento de Sentença, apresentando como devido pelo Requerido o valor total de **R\$ 160.637,85** (cento e sessenta mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

Às fls. 247-248 dos autos, o Requerido alega que o valor da causa apresentado na Inicial de **R\$ 82.435,79** (oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos) corresponde ao valor atualizado da remuneração da Requerente, no entanto, a correção monetária aplicada não foi feita de maneira correta, uma vez que foi calculada a partir das competências de cada mês/ano dos períodos base de cada licença não gozada, e não da data de aposentaria da parte Requerente.

Alega também que a Requerente utilizou ferramenta para cálculo de débitos judiciais de Natureza Cível, entretanto, o correto seria através do cálculo inerente às Fazendas Públicas.

Informa que a Contadoria da Procuradoria Geral do Requerido utilizou a correção monetária IPCA-E e SELIC a partir de incidência da EC 113/21, ao contrário do pretendido pela parte Requerente.

Afirma que, feitas as devidas correções, se apura o valor a executar de **R\$ 91.417,80** (noventa e um mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta centavos), que, comparado aos cálculos em questão, resulta em um excesso à execução de **R\$ 23.848,63** (vinte e três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos).

Diante do exposto, requer o Requerido pelo acolhimento da Impugnação para que o quantum exequendo seja reduzido para **R\$ 67.569,17** (sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos).

Às fls. 259-260 dos autos, a Requerente alega que o cálculo do Requerido não considerou a aplicação dos juros e tampouco utilizou a atualização monetária conforme a Emenda Constitucional 113/2021.

Destaca também que a parte Requerida não considerou em seus cálculos os honorários sucumbenciais devido ao patrono da parte Requerente.

Diante do exposto, requer a Requerente pela improcedência da Impugnação; e pleiteia também pelo pagamento do Requerido do valor da execução estimado em **R\$ 101.825,72** (cento e um mil, oitocentos e vinte cinco reais e setenta e dois centavos).

Em virtude da controvérsia quanto ao valor devido, foi determinada a presente prova pericial.

#### **IV – CONSIDERAÇÕES DA PERÍCIA**

A Perícia, considerando a fase processual atual, limitou-se aos documentos e informações acostados aos autos da presente ação, objetivando atender à r. Decisão de fls. 281-282 dos autos, que assim determinou:

*“... DETERMINO, como diligência do juízo, a realização de perícia contábil para apuração do débito de acordo com o julgado e de eventual excesso na execução, observando-se os parâmetros abaixo fixados quanto à correção monetária e aos juros de mora.*

*Nomeio como Perito do Juízo o Dr. BRUNO DA COSTA BAPTISTA (...), ciente de que será remunerado exclusivamente por meio de ajuda de custo a ser paga pelo Tribunal, nos termos da Resolução CM nº 02/2018...*

**PARÂMETROS REFERENTES AOS JUROS DE MORA E À CORREÇÃO MONETÁRIA:**

*(a) até dezembro/2002: juros de 0,5% ao mês e correção monetária de acordo com os índices previstos pela E. CGJ deste Tribunal;*

*(b) de janeiro/2003 (entrada em vigor do CC/2002) até 30/06/2009 (entrada em vigor da Lei nº 11.960/2009): juros de 0,5% ao mês e correção monetária de acordo com os índices previstos pela E. CGJ deste Tribunal;*

*(c) a partir de 01/07/2009 (vigência da Lei nº 11.960/2009) até 08/12/2021: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança e correção monetária de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E);*

*(d) a partir de 09/12/2021 (entrada em vigor da EC 113/2021): correção monetária e juros de mora, uma única vez, pelo índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente - vedada a incidência de juros compostos, bem como a incidência de qualquer outro índice. Para fins de cálculo e para não haver a capitalização, a incidência da SELIC, a partir de 09/12/2021, deverá ocorrer sobre o valor principal atualizado até 08/12/2021, mantendo-se destacado nos cálculos o valor referente aos juros de mora apurado até 08/12/2021.*

*...”*

## **V – DOS ITENS DA CONDENAÇÃO**

Com base nos termos da Coisa Julgada e das demais decisões proferidas nos autos da presente ação – transcritas parcialmente no item II deste trabalho –, a Perícia apresenta a seguir os itens da condenação deferidos:

- Pagamento de indenização pelos 06 (seis) meses de licença especial não gozadas, referente à matrícula 15/101.461-2, devendo ser observadas a certidão de fls. 24; e honorários advocatícios.

## **VI – CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DOS CÁLCULOS**

De acordo com os parâmetros determinados nas decisões proferidas, conforme transcrições realizadas nos itens II deste Laudo Pericial, este Perito apura os valores devidos adotando os seguintes critérios:

- Respeitando rigorosamente os parâmetros estabelecidos na r. Sentença de 1º grau, este Perito apurou, em favor da parte Autora, indenização pelos períodos de licenças-especiais.
- No que concerne ao valor fixado no Dispositivo Sentencial, de **R\$ 82.435,79** (oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos), observa-se que este decorre dos cálculos apresentados pela parte Autora, às fls. 43 dos autos. Nos referidos cálculos, o valor histórico apurado corresponde à importância de **R\$ 41.937,18** (quarenta e um mil, novecentos e trinta e sete reais e dezoito centavos), referente a seis períodos da última remuneração da autora quando na ativa (fevereiro/2017), obtida através dos valores consignados no contracheque de fl. 69 dos autos, conforme demonstrativo a seguir:

Vencimento Básico: R\$ 3.279,83;  
Triênio: R\$ 1.967,90;  
Retrib Básica DAS: R\$ 870,90;  
Rep. Parc. Ind. DAS: R\$ 870,90;  
**Remuneração: R\$ 6.989,53**

Neste aspecto, importante registrar que os cálculos de ambas as Partes contemplam os mesmos valores remuneratórios na base de cálculo da indenização.

- No que tange à aplicação dos encargos legais, este Perito observou os marcos iniciais estabelecidos na r. sentença, aplicando a correção monetária a partir da data da aposentadoria da parte Autora, que ocorreu em 07/03/2017, conforme certidão acostada às fls. 24 dos autos, e juros de mora a contar da citação, ocorrida em 02/06/2022 (fls. 52).
- Os critérios para aplicação da correção monetária e dos juros foram apurados em consonância com a r. Decisão de fls. 281-282 do processo, cujo trecho é citado abaixo:

***“PARÂMETROS REFERENTES AOS JUROS DE MORA E À CORREÇÃO MONETÁRIA:***

*(a) até dezembro/2002: juros de 0,5% ao mês e correção monetária de acordo com os índices previstos pela E. CGJ deste Tribunal;*

*(b) de janeiro/2003 (entrada em vigor do CC/2002) até 30/06/2009 (entrada em vigor da Lei nº 11.960/2009): juros de 0,5% ao mês e correção monetária de acordo com os índices previstos pela E. CGJ deste Tribunal;*

*(c) a partir de 01/07/2009 (vigência da Lei nº 11.960/2009) até 08/12/2021: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança e correção monetária de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E);*

*(d) a partir de 09/12/2021 (entrada em vigor da EC 113/2021): correção monetária e juros de mora, uma única vez, pelo índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente -*



*vedada a incidência de juros compostos, bem como a incidência de qualquer outro índice. Para fins de cálculo e para não haver a capitalização, a incidência da SELIC, a partir de 09/12/2021, deverá ocorrer sobre o valor principal atualizado até 08/12/2021, mantendo-se destacado nos cálculos o valor referente aos juros de mora apurado até 08/12/2021.”*

- Aplicados os encargos legais até 01/07/2024, data dos cálculos autorais que inauguraram o Cumprimento de Sentença (fls. 237-238), este Perito apurou o valor total devido à Autora de **R\$ 66.420,94** (sessenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e noventa e quatro centavos).
- No que concerne aos honorários advocatícios, em conformidade com a R. Decisão de fls. 227-228, estes foram apurados no percentual de 10% sobre o valor devido à Autora, correspondente a **R\$ 6.642,09** (seis mil seiscentos e quarenta e dois reais e nove centavos).
- Portanto, considerando a inclusão dos honorários advocatícios, o total devido pela parte Ré, atualizado até 01/07/2024, corresponde a importância de **R\$ 73.063,03** (setenta e três mil sessenta e três reais e três centavos).
- No que tange ao excesso de execução, considerando que os cálculos autorais totalizaram o valor de **R\$ 160.637,85** (cento e sessenta mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos), a Perícia identificou um excesso de execução equivalente a **R\$ 87.574,82** (oitenta e sete mil quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

## **VII – CONCLUSÃO**

Analizados os documentos juntados nos autos e os fundamentos que integram os limites das Decisões proferidas nos autos, transcritas no item II do presente Laudo, a Perícia concluiu tecnicamente o seguinte:

- O valor total da condenação, apurado até 01/07/2024, corresponde à quantia de **R\$ 73.063,03** (setenta e três mil sessenta e três reais e três centavos); e
- Em relação aos cálculos apresentados pela parte Autora às fls. 237-238 dos autos, que apontam o valor total devido de **R\$ 160.637,85** (cento e sessenta mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos), conclui-se pela existência de excesso de execução na quantia de **R\$ 87.574,82** (oitenta e sete mil quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Nada mais tendo a informar, este Perito oferece o presente Laudo Pericial contendo 10 (dez) páginas, e 01 (um) anexo, devidamente assinado, a fim de que produza os devidos efeitos legais.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2025.

---

**Bruno da Costa Baptista**

Perito do Juízo  
CRA/RJ - 20-43.218-6  
CRC/RJ – 134.214/O